



A fagulha

Jornal Coletivo Quebrando Muros

Ano 05 | nº10 | Maio 2015



**NENHUM
DIREITO A
MENOS!**

**LUTAR
NÃO É
CRIME!**





Intervenção no Palácio Iguçu

A LUTA DOS SERVIDORES DO PARANÁ

RESISTÊNCIA FRENTE À BUROCRACIA E A REPRESSÃO

O governo PSDB iniciou seu segundo mandato no Paraná atacando diretamente os direitos das servidoras e servidores públicas paranaenses. Após ser reeleito em primeiro turno, viu-se com capital político para tomar medidas impopulares, ou seja, medidas de austeridade, atacando a previdência e o plano de carreira do funcionalismo público. Esse é um governo neoliberal clássico, que busca diminuir os gastos do estado, cortando dos serviços públicos para privilegiar a iniciativa privada. A previdência é um dos direitos da classe trabalhadora que é atacado historicamente com mais facilidade, dado que seu impacto

não é imediato, mas que suas consequências para nós como classe, são nefastas. Veja por exemplo o 'Fator Previdenciário' implementado por FHC (PSDB) em 99 e a 'Reforma da Previdência' de 2003 das mãos de Lula (PT), ambos na mesma lógica de enxugar dinheiro na previdência para injetar na burguesia, foram ataques terríveis aos direitos dos trabalhadores, que nunca produziram tanto, ao mesmo tempo que nunca se aposentaram tão tarde, ganhando uma parcela tão pequena do que descontaram. Essa iniciativa de Richa, é mais um desses ataques, mas dessa vez, na previdência dos trabalhadores no estado.

Os diversos sindicatos do funcionalismo público aprovaram greves e paralisações, levando as categorias para a ALEP. No dia 10 de fevereiro, a direção da APP Sindicato estava com a postura de pressionar os deputados para que votassem contra o projeto. Porém, quando foi votada a tramitação em comissão geral, vimos que isso é inútil. Mas os trabalhadores e trabalhadoras não estavam ali reunidos para ver de camarote seus direitos retirados. Através da ação direta ocuparam a ALEP, impedindo a votação de ser realizada. Episódio esse que se repetiu no dia 12 de fevereiro, quando as categorias tiveram que romper o

cercos policial e enfrentar a repressão para impedir novamente a votação. A greve da educação continuou até o dia 9 de março. O fim da greve é um episódio emblemático de como a burocracia sindical atrapalha a luta: naquele momento a direção usou de um argumento jurídico para levar as pessoas a votarem o fim da greve, colocando confiança no judiciário e aterrorizando a categoria, dizendo que eram drásticas as consequências de continuar a greve.

Naquele momento, o Bloco de Oposição à direção estadual da APP Sindicato já avisava que não haviam garantias. Sabíamos que o fim da greve não significaria o cumprimento de nossa pauta, muito menos a

“Sabíamos que o fim da greve não significaria o cumprimento de nossa pauta, muito menos a garantia da defesa da previdência. E estávamos certos.”

garantia da defesa da previdência. E estávamos certos. O governo do Estado voltou a enviar um projeto para a ALEP, mudando a forma, mas não o conteúdo: uma segregação de massas, causando um rombo mensal de 125 milhões no fundo previdenciário dos servidores. O retorno à greve e início do acampamento de vigília foi confirmado no dia 25 de abril durante a assembleia em Londrina. Nesse meio tempo, o Estado pode articular seu aparato repressor. Na semana da votação, a assembleia legislativa estava cercada com milhares de policiais militares, incluindo a tropa de choque. O resultado foi um dos maiores episódios de repressão já ocorridos no estado, resultando em mais de 200 pessoas feridas. Analisemos alguns aspectos desse processo, de onde devemos extrair lições e de onde apontam os rumos do movimento:

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO X BUROCRACIA SINDICAL

No passado os sindicatos foram os germens de uma nova sociedade justa e igualitária onde se forjavam as armas dos explorados contra os dominantes. Uma dessas armas é a democracia direta, que difere da forma burocrática da política da classe dominante, usando instrumentos como assembleias de base às quais os dirigentes sindicais deveriam se submeter. O que vemos hoje é exatamente o contrário disso, onde as práticas da atual direção da APP, fazem os lutadores do passado se revirarem na tumba.

Vemos assembleias tratoradas, como aquela que terminou a greve de 2014, ou a assembleia de 25 de abril em Londrina, onde os encaminhamentos são dados de forma confusa, misturando propostas diferentes, que julgamos ser uma tentativa de manobrar a base para que votem de acordo com a direção. A democracia direta não se exercita dessa forma. Para que haja real possibilidade de um espaço tão amplo quanto uma assembleia estadual ser democrático, é necessário que haja discussões prévias nas instâncias de base do sindicato, o que

não ocorre. As assembleias existem apenas para legitimar as posições da direção.

Além disso, existe uma postura repressora frente às oposições, reforçada cotidianamente na categoria. Sempre que alguém defende uma posição divergente daquela pautada pela direção, surgem acusações de que “querem dividir a categoria”, ou desqualificações, como dizer que a oposição quer uma “greve eterna”. A discussão de posições divergentes na assembleia é fundamental para o exercício da democracia. Devemos sim, ter unidade na ação, mas isso não significa acatar tudo que a direção diga, sem haver nenhum tipo de discussão. As desqualificações são uma forma de rebaixar o nível do debate político, buscando vencer as posições baseando-se mais no poder das figuras da direção do que avançando na politização da categoria. Nos atos, ainda se reforça o argumento da repressão, que há “infiltrados” na categoria, quando no carro de som chama a atenção dos grupos da oposição, como se esses não fossem legítimos.

“**Organizações políticas que integram organicamente o movimento não podem se pronunciar e colocar suas análises, esse direito é reservado somente aos dirigentes e seus aliados políticos**

Outros problemas sintomáticos se apresentam: nos atos, é permitido que os deputados e deputadas subam ao carro de som, porém, se um/a militante de base do sindicato tenta fazê-lo, é barrado/o. Organizações políticas que integram organicamente o movimento não podem se pronunciar e colocar suas análises, esse direito é reservado somente aos dirigentes e seus aliados políticos.

Mas o principal problema, para além de impedir que haja democracia no



Massacre dos professores 29.abril

sindicato, é a perda de combatividade. A direção sempre busca recuar na primeira oportunidade, com argumento de que isso é estratégico, ou propagandeando as migalhas conquistadas como vitórias da categoria. Avaliamos que isso ocorre na tentativa de manterem-se estáveis na direção do aparelho, em detrimento daquilo que é o interesse da categoria. As situações onde avançamos para além dos limites das instituições burguesas são desconfortáveis, pois a prática atual do sindicato é uma prática de conciliação de classes, não de enfrentamento.

Por fim, queremos esclarecer: não somos contrários à presença de partidos políticos no sindicato. Tampouco legitimamos as acusações feitas pelo governo de que a “greve é política” e que a “APP é um braço do PT”. Temos, sim, críticas à direção, principalmente às práticas burocráticas e de aparelhamento, mas entendemos que o sindicato é um instrumento legítimo da classe, que a luta tem pautas que pertencem à categoria e não a um ou outro partido.

REPRESSÃO

O Estado legitima a violência como uma condição para a sua sobrevivência. Nós sabemos bem, os aparelhos repressivos (a polícia, as forças armadas, o sistema carcerário) estão sob o comando exclusivo do Estado. Em uma sociedade onde reina a desigualdade, o aparelho de repressão tem um

papel bem preciso: preservar os privilégios de uma minoria por todos os meios necessários.

As forças policiais asseguram a detenção do poder através do controle social. E não é preciso uma revolução para sentir a reação policial, basta se opor quando mandam “circular”; ter uma cor “que não é a boa”; ser morador da periferia; estar sem emprego; ou se manifestar pelo que é de direito, como foi o caso dos servidores e servidoras do Estado do Paraná.

A ordem pública se acomoda bastante bem sobre a injustiça e a opressão. Foi o que vimos no último dia 29 de abril quando a PM, atirou bombas e balas de borracha contra pessoas desarmadas, pois isso era necessário para ser realizada a votação do PL 252/2015 na ALEP. O Estado e seus agentes de reprodução utilizaram da força para preservar a ordem social sobre o seu território, mesmo que esse seja a praça pública.

RESISTÊNCIA

Frente à burocracia e à repressão, no entanto, a classe trabalhadora não se cala. Nos dias 10 e 12 de fevereiro, somente com a ocupação da ALEP por parte das pessoas trabalhadoras e estudantes que o plano de carreira foi defendido e o primeiro projeto de confisco da previdência foi rechaçado. Esse episódio serviu de exemplo para as categorias de trabalhadores em educação de outras partes do país.

Em São Paulo, por exemplo, ocuparam a ALESP aos gritos de “isso aqui vai virar o Paraná!”.

Mas, para além da beleza do momento, o peso político dessa ação é grande. A classe organizada, através da ação direta, barrou medidas de austeridade propostas por um governo truculento. As pessoas não tiveram medo de questionar o funcionamento do Estado quando viram que este não serve aos seus interesses. A estratégia institucional, pautada pela direção sindical, mostrou-se altamente ineficiente, visto que os e as representantes votariam a favor do confisco da previdência.

Porém, outro balanço deve ser feito. Após o recuo da APP e demais sindicatos, o governo teve tempo para se rearticular, mostrando que não há negociação. O poder judiciário se mostrou incapaz de garantir os acordos feitos entre o governo e as categorias. Também deu sinal verde

“E não é preciso uma revolução para sentir a reação policial, basta se opor quando mandam “circular”; ter uma cor “que não é a boa”; ser morador da periferia; estar sem emprego; ou se manifestar pelo que é de direito

para que ocorresse o cerco policial na ALEP. Devemos compreender que o judiciário, como parte do Estado, também serve à classe dominante.

Ou seja, o que realmente fez com que o governo recuasse foi a pressão da classe organizada sobre as instituições. Foram as pessoas na rua. Foram as greves.

Após o massacre do dia 29, o desgaste do governo tem aumentado. E isso também só ocorreu porque, frente

ao ataque sofrido, trabalhadoras, trabalhadores e estudantes resistiram ao aparato repressor. Caso não houvesse nenhum tipo de conflito o projeto teria sido votado, e tudo estaria dentro dos conformes da democracia burguesa, aquela onde quem é explorado deve somente se calar e aceitar a retirada de seus direitos.

A FERRAMENTA É A LUTA: GREVE GERAL CONTRA A AUSTERIDADE!

Os aprendizados desse processo não são novidade. A classe trabalhadora vem resistindo à opressão do sistema capitalista desde o seu nascimento. As ferramentas que utilizamos hoje já foram utilizadas muitas vezes antes de nós. Muito se perdeu no processo, graças à atuação da classe dominante através da repressão, da burocratização dos movimentos sociais e das estratégias de conciliação de classes. Porém, é o momento de retomá-las.

Vivemos um momento onde diversas medidas de austeridade estão sendo aplicadas pelos governos. Da esfera federal, vemos a lei das terceirizações e a redução da maioria penal, pautadas pela bancada conservadora do congresso, e as MP's 664 e 665, propostas e defendidas pelo Partido dos Trabalhadores; a nível estadual, temos os pacotes de Richa, aumentando os impostos para a classe trabalhadora e os já referidos ataques ao funcionalismo público.

A história e os episódios recentes nos ensinam que para resistir a essa série de ataques há somente um caminho: intensificar as lutas! A principal ferramenta de luta da classe trabalhadora é a greve. Em momentos como esse, a construção de uma greve geral, desde as bases, é a estratégia que devemos utilizar. ■

UNIVERSIDADES

OS GOLPES CONTRA A EDUCAÇÃO SÃO EXCLUSIVIDADE DO GOVERNO ESTADUAL.

Não é apenas o ensino básico, a saúde, as moradias ou o transporte. O projeto de precarização e privatização também está acabando com as universidades públicas. No Paraná, a quantidade de docentes e servidoras/es é muito abaixo da adequada, a infraestrutura que atende os cursos é precária e muitos campi não possuem nenhuma política de apoio à permanência estudantil – gerando altos índices de evasão e um modelo elitista de

universidade onde as/os pobres são obrigadas/os a sair ou ter uma formação de péssima qualidade, desdobrando suas vidas em diversos empregos precários.

As universidades estaduais terminaram o ano de 2014 com cortes de 40% em suas verbas de custeio. O total desse orçamento seria o mínimo necessário para despesas correntes como o pagamento de empresas terceirizadas, materiais de escritório, limpeza, higiene e contas de água

e luz. Com a redução no orçamento, várias dívidas se acumularam e as condições de ensino e trabalho ultrapassaram qualquer limite de tolerância. Em todo o estado haviam problemas como falta de papel higiênico nos banheiros e tintas nas impressoras. Os setores com menos direitos trabalhistas foram os primeiros a sofrer: várias/os estagiárias/os e trabalhadoras/os terceirizadas/os foram demitidos ou tiveram seus pagamentos atrasados.

Foi nesse cenário que o governo estadual anunciou que, além de não pagar as dívidas de 2014, bloquearia 100% das verbas de custeio referentes ao primeiro semestre deste ano, impedindo a abertura de todas as universidades estaduais. Este absurdo veio acompanhado do já conhecido pacote, composto por uma série de medidas que visavam salvar os cofres do Estado utilizando uma velha estratégia: retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A classe trabalhadora respondeu a estes ataques. Foram deflagradas greves em todas as universidades estaduais, ao lado das escolas e de diversos outros setores do funcionalismo público paranaense. Ainda em fevereiro, um acampamento foi montado em frente à Assembleia Legislativa, que foi ocupada duas vezes para impedir que os deputados votassem o pacote que retira direitos básicos das/os trabalhadoras/os. A



LATUFF

greve das/os docentes, agente e estudantes das universidades estaduais barrou ataques que vinham junto ao pacote e conseguiu a liberação de uma parte – ainda pequena – do orçamento das universidades.

O MASSACRE DAS UNIVERSIDADES

No que se refere às universidades estaduais, um dos ataques do pacote veio com o bonito nome de “Autonomia Universitária”. O projeto fazia dessa antiga pauta das universidades uma desculpa para abrir as portas para a privatização: as universidades teriam autonomia para buscar recursos próprios para manter-se. Isso significa que seria possível cobrar mensalidades, matrículas, taxas e prestar serviços visando o lucro, por exemplo. Não é por acaso que houveram cortes orçamentários gigantescos antes de ser apresentada a proposta de “autonomia financeira”. Sucatear as instituições públicas para apresentar a privatização como solução é um método que vem sendo aplicado sistematicamente contra as e os de baixo. Dessa vez, no entanto, a luta do povo fez o projeto voltar goela abaixo do governador. As mobilizações e a ocupação da ALEP fizeram o pacote ser temporariamente retirado e junto com ele o nefasto projeto de privatização.

Outra vitória – ainda que parcial – foi barrar a entrada das universi-

dades no chamado “Sistema Público de Rh – META 4”. Aparentando desburocratizar finanças, o sistema digital passa para o governo o controle das folhas de pagamento, permitindo bloqueios de transferências como horas extras e progressões nas carreiras dos servidores, por exemplo, além de retirar autonomia das universidades no que se refere à distribuição orçamentária e na contratação de professoras/es. A entrada de todas as universidades neste sistema foi barrada no começo do ano, mas a UNESPAR e a UENP, no entanto, já estavam submetidas ao Meta 4 e agora lutam para sair.

Para além desses golpes, muitas universidades estaduais não tem condições mínimas para abrirem as portas. Durante as campanhas eleitorais, a UNESPAR foi anunciada como uma nova universidade inaugurada pela gestão Beto Richa. Trata-se, porém, de um guarda-chuva onde foram colocadas 7 antigas faculdades independentes: EMBAP (Curitiba I), FAP (Curitiba II), Fafipar (Paranaguá), a Fafiuv (União da Vitória), a Fecilcam (Campo Mourão), a Fecea (Apucarana) e a Fafipa (Paranavaí). A implementação da Unespar não trouxe nenhum ganho nas qualidades de ensino ou trabalho das instituições, não havendo novos investimentos em infraestrutura, pessoal, bolsas ou assistência estudantil. O campus Paranaguá está com obras paradas desde o ano passado,



Não é por acaso que houveram cortes orçamentários gigantescos antes de ser apresentada a proposta de “autonomia financeira”.

sem banheiros ou salas de aula. No Campus II Curitiba – Faculdade de Artes do Paraná, diversas empresas terceirizadas de audiovisual, limpeza e segurança cessaram a prestação de serviços ou diminuíram o quadro de funcionários devido à atrasos nos pagamentos. Já o campus I Curitiba – Escola de Música e Belas Artes do Paraná, não tem sede própria. Seu prédio histórico está condenado e a instituição vive espalhada em três prédios alugados, que sofrem ameaça de despejo por atraso no aluguel.

A situação das outras universidades não é melhor. A Universidade Estadual de Maringá, por exemplo, se tornou um canteiro de obras abandonado. São em torno de 14 obras iniciadas que não tiveram continuidade no Governo Beto Richa, entre elas o Restaurante Universitário que está com as suas portas fechadas há mais de 2 anos. A solução colocada pela reitoria tem sido recorrer a recursos privados para concluir a obra. Novamente, sucateiam os serviços públicos para privatizá-los. Já a construção da primeira fase da Casa do Estudante foi concluída há anos e

está para ser condenada por se tornar obsoleta.

Os golpes contra a educação não são exclusividade do governo estadual ou da política do PSDB. No âmbito federal, o governo PT anunciou no começo de 2015 um corte de verbas R\$ 22,7 bilhões para este ano. A educação foi a área mais prejudicada, com um corte de mais de 7 bilhões. Os efeitos desse corte incidem diretamente sobre as despesas de custeio e, da mesma maneira como nas estaduais, os serviços que garantem a manutenção das Universidades, em sua maioria terceirizados, já estão sofrendo as consequências e precarizando ainda mais o ensino e as condições de trabalho. Na UFPR, por exemplo, os RU's tiveram uma redução drástica no fornecimento de alimentos, a contratação de professores segue difícil de ser realizada e a assistência estudantil começou a ser atacada: as verbas dos centros acadêmicos foram reduzidas, as bolsas extensão e pesquisa estão sujeitas a cortes, e pode ser que mais impactos do corte venham por aí. Não é novidade que, em tempos de crise, são os nossos direitos que estão sendo tirados para enxugar a máquina estatal e amenizar sua crise com a burguesia. O Estado serve ao Capital, e não é por meio dele que vamos conseguir resistir a esses ataques. ■

CORTES NA EDUCAÇÃO!

A CONTRADIÇÃO DA PÁTRIA EDUCADORA

31% Educação

33% Outros

8% Defesa

7% Cidades

7% Des. Social

7% Ciência e Tecn.

6% Fazenda

COMO FOI DISTRIBUÍDO O CORTE NOS MINISTÉRIOS

VALOR BLOQUEADO NA EDUCAÇÃO
CHEGA A R\$ 9 BILHÕES ANUAIS

FONTE: BR.REUTERS.COM

No dia 1 de janeiro de 2015, a presidenta Dilma Rousseff assume o seu segundo mandato na Presidência da República, apresentando como o lema de seu novo governo “Brasil, Pátria Educadora”. Menos de uma semana após a posse, o governo anuncia um corte de R\$ 22,7 bilhões para este ano, e por mais irônico que pareça, foi exatamente o Ministério da Educação o mais prejudicado, com um corte de mais de 7 bilhões.

A intenção do Governo Federal com esse contingenciamento é conseguir pagar os juros da dívida pública, contraídos por empréstimos feitos pelo Estado. A meta firmada pelo governo determina que até o fim do ano o tesouro nacional consiga acumular 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) (equivalente a R\$ 66,3 bilhões) para conseguir pagar os juros da dívida. Porém, 0,2 pontos percentuais desta meta é de responsabilidade dos gover-

nos regionais, o que significa que a União terá de arcar com o 1%, cerca de R\$ 55,2 bilhões. Para se somar a este valor, até novembro do ano passado o governo havia contraído uma dívida de R\$ 19,6 bilhões, ou seja, o Estado terá a missão de sair do rombo de 2014 para um saldo positivo de aproximadamente R\$ 70 bilhões em 2015.

Diante desses números, a questão que nos vem a cabeça é por que que se chegou a um aperto fiscal dessa proporção? Para responder esta pergunta devemos voltar a meados de 2004, no governo Lula, quando os bancos passaram a ampliar a concessão de crédito a seus clientes. O crédito, no caso, corresponde aos empréstimos cedidos pelos bancos a pessoas jurídicas ou físicas. Na Economia, a expansão do crédito proporcionou um aumento da quantidade de dinheiro circulando no país, o que pôde aumentar a oferta de emprego, do consumo, da renda,

dos investimentos, etc. Porém, essas políticas possuem um resultado de curto prazo, pois com o crescimento do empréstimo também cresce o endividamento, o que a longo prazo vem a se tornar um grande problema. Em 2010 os investimentos dos bancos privados começaram a diminuir, pois o endividamento e a alta taxa de inadimplência fizeram com que os bancos recusassem seus investimentos no país. Agora que a conta bate na porta, são os nossos direitos que estão sendo tirados para enxugar a máquina estatal. É da Educação, da Previdência, dos direitos do trabalhador que o Estado retira a sua meta fiscal para amenizar sua crise com a burguesia.

Este corte sobre a Educação (assim como nos outros ministérios) vai incidir diretamente nas despesas de custeio, consideradas não obrigatórias. Estas despesas “não obrigatórias” são os serviços que garantem a

manutenção da Universidade, como a disponibilização de água, luz, equipamentos, alimentação, manutenção e segurança. As trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, que já sofrem com as péssimas condições de trabalho, terão o seu serviço ainda mais precarizado, já que a própria compra e fornecimento de alimentos, equipamentos, materias, etc. estão sendo reduzidos e os riscos de demissões se tornam latentes. Na UFPR, por exemplo, o RU's tiveram uma redução no fornecimento de alimentos, as verbas dos centros acadêmicos foram reduzidas, as bolsas extensão estão sujeitas a cortes, e pode ser que mais impactos do corte venham por aí. Portanto, devemos nos organizar enquanto categoria contra estes ajustes do Governo, levantando problemas referentes aos nossos cursos e aqueles que envolvem toda a comunidade acadêmica.

Temos de ter consciência de que as estas políticas de austeridade são próprias da dinâmica relação entre o Estado e a classe dominante. As atuais medidas econômicas estão colocadas para que se consiga ter ainda um certo controle sobre a crise econômica, que acaba por ser também uma crise política do governo Dilma. O Estado para manter o controle da ordem social e assim a reprodução da hegemonia do bloco do poder, necessita manter os interesses do capital para que ainda possa se legitimar frente à população. Devemos nos unir e organizar para resistirmos às imposições do Estado frente aos nossos direitos. Nos unindo e nos organizando podemos fortalecer o Movimento Estudantil e demais Movimentos Sociais contra os retrocessos que hoje tentam nos impor. A mudança social só será possível sendo protagonizada pelos próprios afetados pela dinâmica do poder e não somente pela troca de direções políticas. Seguimos firmes, nos organizando nas bases e resistindo nas lutas contra a precarização de nossa Educação e contra a retirada de nossos direitos! ■

TERCEIRIZAÇÃO!!!

CONTRA O PL4330



“A liberdade do dinheiro exige trabalhadores prisioneiros, presos pelo cárcere do medo, que é a maior prisão de todas.”

Eduardo Galeano

A terceirização é um modelo de contratação de serviços que se expandiu a partir da década de 1970, com o objetivo de delegar a responsabilidade de algumas funções para uma outra empresa e, assim, diminuir os gastos com contratação de novos empregados. Esse corte de gastos se dá, principalmente, pelo enxugamento dos salários desses trabalhadores. A lei brasileira atual sobre terceirizações permite que o processo ocorra apenas em atividades-meio, ou seja, em atividades auxiliares à finalidade da empresa. Nas Universidades, por exemplo, as funções de limpeza, alimentação, manutenção, informática, entre outras, são terceirizadas.

Esta contratação de uma outra empresa para prestar serviços ocorre através de pesquisas da contratante buscando principalmente as que oferecem os menores preços. Quando estabelecido o contrato, a empresa contratante passa a ter a responsabilidade de subsidiar direitos trabalhistas que eventualmente a empresa contratada deixe de cumprir, mas isso ainda demora anos para acontecer. Além disso, esta terceira empresa ainda pode contratar

uma quarta, para terceirizar os seus serviços, sendo que para a primeira contratante não está prevista a responsabilidade subsidiária sobre esta outra subcontratada.

Hoje, o Congresso Brasileiro está votando um Projeto de Lei que prevê mudanças no sistema de terceirização. O PL 4330 de 2004 propõe, principalmente, a possibilidade de regulamentação da terceirização também das atividades-fim, aquelas que são o produto final da empresa. Por exemplo, no setor bancário a atividade-fim é o atendimento e a administração financeira, e as atividades-meio são aquelas que permitem esse atendimento - manutenção e limpeza do espaço, informática, etc. Caso esse projeto seja aprovado, os bancos poderão terceirizar ambas as atividades. Assim, não terão que arcar com os custos da contratação de nenhum funcionário, e mesmo subsidiando os direitos trabalhistas dos terceirizados gastará menos, uma vez que esse trabalhador custa menos. Ou seja, só terá lucro.

Além disso, essa medida garante o aumento do lucro dos empresários enquanto diminui a própria arrecadação do Estado, uma vez que as empresas de terceirização, por serem menores, pagam menos impostos. E quem vai arcar com esse prejuízo? Novamente os trabalhadores, com cortes salariais e retirada de direitos.

POR QUE A TERCEIRIZAÇÃO É RUIM PARA AS PESSOAS TRABALHADORAS?

Os dados não mentem, a terceirização é a forma mais eficiente de precarização das condições de trabalho. Com contratos mais frágeis e flexíveis, os trabalhadores terceirizados enfrentam diariamente o risco da demissão sem justa-causa e também, muitas vezes, de morte.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), trabalhadores terceirizados possuem um salário, em média, 24% menor que o dos trabalhadores formais, trabalhando até 4 horas a mais por dia. Se o processo fosse inverso e os terceirizados passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os contratados, seriam criadas **882.959 novas vagas**.

A permanência no emprego desses trabalhadores muitas vezes não passa de 2 anos e meio, uma vez que os índices de acidentes no trabalho são muito altos. A taxa de mortalidade no setor elétrico, por exemplo, é 3 vezes superior ao de trabalhadores não-terceirizados. Entre 2010 e 2013, a área de construção civil registrou 135 mortes, sendo 75 falecimentos de terceirizados. A consequência disso é o aumento da taxa de rotatividade, que chega a ser de 76% no setor de serviços.

As empresas de terceirização também representam 90% dos casos denunciados pelo Ministério do Trabalho por escravidão. Em 5 anos, no período de 2010 a 2014, foram registrados 4183 trabalhadores submetidos a exploração criminosa. Destes, 3382 eram terceirizados, o que equivale a 81% do total. Para essas empresas, o que importa é garantir o lucro máximo, e quem paga por isso é a classe trabalhadora!

A regulamentação da terceirização vem para garantir os interesses da classe dominante, enquanto retira nossos direitos. Não nos enganamos: essa política tem classe, raça e gênero! As mulheres são maioria dentro do setor terceirizado, representando até 70% da categoria. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED - Dieese), 70,6% da categoria do setor de serviços – que engloba trabalho doméstico e empresas de serviço de limpeza e alimentação – é composta por mulheres negras, que ganham em torno de 30% da renda de homens brancos no mesmo cargo. Com a expansão desenfreada da terceirização os ganhos dessas trabalhadoras serão menores ainda.

A terceirização já é uma triste realidade, e agora o Estado quer ampliá-la ainda mais. O PL4330 abre brecha para que até servidores públicos possam ser terceirizados, sem precisar de concurso público. Estamos vivendo um momento de grande retrocesso nas conquistas populares. Ao invés da ampliação dos nossos direitos e de melhoria nas condições de trabalho, o Estado quer precarizar ainda mais o que já está precário. Mais trabalhadores perderão direitos, enquanto os empresários ganham mais dinheiro com isso.

Não é de hoje que lutamos pelo reconhecimento das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, e devemos avançar nas conquistas, não retroceder!

**Mais direitos, nenhum a menos!
Pelo fim da terceirização e da precarização de nossas vidas!
Não ao PL4330! ■**

NÃO À REDUÇÃO!

PARANÁ CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL



*Aos meus filhos Danone
Aos filhos dos outros a fome
Aos meus filhos compaixão
Aos filhos dos outros o lixo
Aos meus filhos amor
Aos filhos dos outros a dor
Aos meus filhos a ceia
Aos filhos dos outros cadeia
Aos meus filhos beleza
Aos filhos dos outros pobreza
Aos meus filhos a sorte
Aos filhos dos outros a morte
Aos meus filhos faculdade
Aos filhos dos outros dificuldade
Aos meus filhos educação
Aos filhos dos outros execução
Aos meus filhos proteção
Aos filhos dos outros prostituição
Aos meus filhos meritocracia
Aos filhos dos outros burocracia
Aos meus filhos herança
Aos filhos dos outros cobrança
Aos meus filhos comoção e justiça
paternal
Aos filhos dos "outros" redução da
maioridade penal*

Maurício Rufino

Está tramitando na Câmara dos Deputados a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 171 de 1993, que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos. Esse não é um debate recente na questão da segurança pública. Mas ao pensar em segurança pública, precisamos e ir além e debater as causas da violência urbana. Ou melhor: violência contra quem?

O Brasil é o 7º país mais violento do mundo apesar de possuir a 3ª maior população carcerária, onde o índice de reincidência é de mais 80%. Já nos institutos socioeducativos para menores infratores a reincidência é de menos de 20%. Seguimos o oposto dos modelos sugeridos por organizações internacionais e nacionais responsáveis pela questão criminal: elas indicam sistemas menos vingativos e capazes de reabilitar infratores, efetivamente diminuindo os índices de violência. Apenas 1% dos crimes são cometidos por adolescentes, que são por volta de 11% da população (segundo pesquisa da UNICEF). Por outro lado, temos uma das polícias que mais mata no mun-

do, chegando ao índice de 5 homicídios por dia. E quem é que essa polícia mata?

Sabemos muito bem qual a parcela da população que será atingida com essa medida: jovens negros e negras da periferia, que serão jogados em penitenciárias já superlotadas e em condições mórbidas (o 11º Distrito Policial de Curitiba é classificado como o pior estabelecimento prisional do país). Esse projeto é só mais uma maneira de institucionalizar o genocídio e invisibilização desses jovens, legitimar o que a polícia já faz diariamente nas periferias brasileiras. Segundo o mapa da violência, no período de 2002 à 2012, o número de homicídios de jovens brancos (18 a 24 anos) caiu 32%, enquanto o de jovens negros aumentou na mesma proporção.

Enquanto isso, mais de 3 milhões de adolescentes no Brasil estão fora da escola, e o Governo Federal realiza um corte de 7 bilhões de reais para a Educação, sucateando ainda mais nossas escolas. No Paraná, diversas escolas estaduais iniciaram

2015 sem estrutura e recursos humanos necessários para atender os estudantes.

Quando falamos em reduzir a maioridade penal, falamos em transferir a responsabilidade de educar esses jovens para o sistema carcerário, que está comprovadamente falido há muitos anos. Falamos em responsabilizar crianças por não terem acesso aos seus direitos mais básicos, como educação, saúde e moradia dignas. São crianças que cresceram marginalizadas, vendo o sofrimento de suas mães - solteiras, viúvas, abandonadas - que lutam para conseguir o sustento da família na ausência de auxílio dos pais ou do Estado. Crianças que cresceram vendo a polícia invadir suas casas, matar amigos e familiares, enquanto não tinham comida na panela e teto na escola. Crianças que diariamente, desde que nasceram, são violentadas das mais diversas formas pelo Estado.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado realiza cortes nos direitos da classe trabalhadora, também quer jogar para dentro das cadeias os jovens e as crianças que refletem as consequências desses ataques. Os governos e empresários que os sustentam nunca tiveram o interesse em fazer políticas públicas a favor da periferia. Não querem ter seus privilégios questionados. É mais conveniente punir e jogar numa jaula, do que dar oportunidades de uma vida digna.

Às vezes parece que a todos é dada uma oportunidade: uma carreira digna ou entrar para o crime. Mas cadê a oportunidade de trabalho com salários decentes? E as melhorias na educação para melhorar nossa formação? É muito fácil pensar em formas de punir quando não olhamos para trás, para toda a história que construímos baseada na miséria de muitos para garantir o bem-estar de poucos. ■